



CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em. 18/09/13
Assessoria de Plenário

IND 12742 /2013
INDICAÇÃO Nº
(Dos Deputados ARLETE SAMPAIO e WASNY DE ROURE)

Sugerem ao Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), a construção de espaço adequado para funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas (CAPSad) no Guará.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), a construção de espaço adequado para funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas (CAPSad) no Guará.

Setor Protocolo Legislativo
JND Nº 12742/13
Folha Nº 01 BIA

JUSTIFICAÇÃO

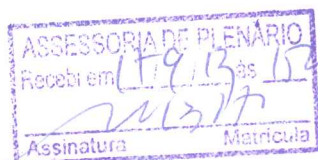
A Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e o Movimento Pró-Saúde Mental, em visita realizada ao Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas (CAPSad) do Guará, em 6 de setembro de 2013, constataram a necessidade da construção de um espaço adequado para funcionamento do CAPSad no Guará.

É preciso mencionar que tanto o espaço provisório atual, localizado no Salão Comunitário, QE 42, Guará II, quanto o antigo local, que está sendo reformado, situado na QE 23, Área Especial S/N, Subsolo do Centro de Saúde 2, não atendem aos requisitos necessários para a prestação de serviço com a qualidade de que a comunidade, os usuários e os profissionais necessitam.

Além disso, impõe-nos reafirmar as disposições normativas previstas na legislação nacional e local que ordenam a atenção à saúde mental e estabelecem os direitos de todos os cidadãos.

Assim, conforme dispõe o art. 2º, inc. II, da Lei 10.216/2001, toda pessoa portadora de transtorno mental tem o direito de **"ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade"**. (Grifos nossos)

Nesse mesmo sentido, a Lei Distrital 975/1995, que estabelece diretrizes para a atenção à saúde mental no Distrito Federal, dispõe em seu art. 1º, *in verbis*:





CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

Art. 1º A atenção ao usuário dos serviços de saúde mental será realizada de modo a assegurar o pleno exercício de seus direitos de cidadão, enfatizando-se:

I – tratamento humanitário e respeitoso, sem qualquer discriminação;

II – proteção contra qualquer forma de exploração;

III – espaço próprio, necessário a sua liberdade e individualidade, com oferta de recursos terapêuticos e assistenciais indispensáveis à sua recuperação;

IV – integração à sociedade, através de projetos com a comunidade;

V – acesso às informações registradas sobre ele, sua saúde e tratamentos prescritos. (Grifos Nossos)

Dessa forma, tal medida se impõe para atender à necessidade evidente da população do Guará, bem como para efetivar direito já garantido nas leis acima mencionadas e para proporcionar tratamento de saúde adequado e inclusão social com dignidade e respeito às pessoas que necessitam desse serviço.

Diante do exposto, conclamamos o apoio dos nobres pares para a **APROVAÇÃO** da presente Indicação.

Sala das Sessões, em


Deputada **ARLETE SAMPAIO**


Deputado **WASNY DE ROURE**

Setor Protocolo Legislativo

JND Nº 12742/13

Folha Nº 02 BPA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição



Ao Protocolo Legislativo, para registro, e, em seguida, ao SACP, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito, na CESC (art. 69, I, "a", do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal).

Brasília-DF, 19/09/2013.

FELIPE TRICHES
Consultor Legislativo
Matrícula nº 16.786

Setor Protocolo Legislativo

JND nº 12742, 13

Folha Nº 03 BIA